

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE (AEE) IN THE SCHOOL CONTEX: CONTRIBUTIONS IN THE PUBLIC EDUCATION NETWORK

Vitoria Regina Pereira Lucas¹

Douglas da Silva Cunha²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo desenvolver a temática do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e suas contribuições na Rede Pública de Ensino, do Município de Mossoró. O objetivo geral da pesquisa é analisar, as contribuições na contemporaneidade ao direito do público alvo ao atendimento AEE e suas contribuições na contemporaneidade, com essa proposta tem por finalidade contribuir para que se entenda o verdadeiro papel do AEE no âmbito escolar e suas funções. Para a metodologia no percurso investigativo nos aspectos da pesquisa qualitativa e descritiva, corroborando para uma interpretação abrangente da realidade científica as buscas por informações permitiram uma coleta, visando alcançar os objetivos gerais e específicos, por referenciais teóricos a partir de documentos legais e autores que suscitaram uma discussão alusiva no tocante, Atendimento Educacional Especializado (AEE), buscando atender uma proposta inclusiva e reflexiva. Portanto tem como área de concentração a educação inclusiva e procurar contextualizar o assunto a partir da análise das principais considerações sobre a importância da implementação do AEE, atender as necessidades educacionais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Palavras chaves: Educação Inclusiva, Educação Especial e Atendimento educacional especializado.

ABSTRACT

This article aims to develop the theme of Specialized Educational Assistance (AEE) and its contributions to the Public Education Network in the Municipality of Mossoró. The general objective of the research is to analyze the contemporary contributions to the target audience's right to AEE service and its contributions in contemporary times, with this proposal aiming to contribute to understanding the true role of AEE in the school environment and its functions. For the methodology in the investigative path in the aspects of qualitative and descriptive research, corroborating a comprehensive interpretation of scientific reality, searches for information allowed a collection, aiming to achieve general and specific objectives, by theoretical references from legal documents and authors who raised an allusive discussion regarding Specialized Educational Assistance (AEE), seeking to meet an inclusive and reflective proposal. Therefore, its area of concentration is inclusive education and seeks to contextualize the subject based on the analysis of the main considerations about the importance of implementing AEE, meeting the educational needs of students with disabilities, global developmental disorders and high abilities/giftedness.

Keywords: Inclusive Education, Special Education and Specialized educational services.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se ocupa em desenvolver a temática do Atendimento educacional especializado (AEE), e suas contribuições no âmbito educação inclusiva, a inclusão educacional é um direito fundamental previsto pela Constituição Federal Brasileira CF88, que garante a todos os alunos acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições, tendo como problema central: Quais são as contribuições que pode contribuir para a efetividade do AEE nas escolas de Mossoró?

A decisão pela temática respinga na perspectiva, de se torna-se propulsora os princípios na educação por uma sociedade que coexistem entre si independente de suas características físicas ou individuais, se justifica pela necessidade urgente de compreender como o AEE está sendo implementado nas escolas públicas de Mossoró e quais são suas contribuições para a educação inclusiva. Apesar dos avanços legislativos e das políticas

públicas voltadas para a educação especial, muitos desafios ainda persistem, como a falta de infraestrutura adequada, a formação insuficiente dos educadores e a resistência cultural à inclusão.

Assim, esta pesquisa busca contribuir para o debate sobre as contribuições do AEE e propor melhorias que possam garantir um atendimento mais qualificado, que preconiza a valorização da diversidade e a garantia para todos. Objetivo Geral é identificar, analisar as contribuições do Atendimento Educacional Especializado na rede pública de ensino em Mossoró, identificando os principais desafios e propondo recomendações para melhorar a inclusão escolar, que eliminem as barreiras existentes na rede municipal, para plena participação e sucesso na oferta desse serviço e recursos que possibilita o desenvolvimento dos estudantes ampliando suas oportunidades e aprendizagem e a construção de sua autonomia.

Nesse conceito, sem essas contribuições, restringe o desenvolvimento e a aprendizagem desses educandos. Objetivos específicos visam analisar as salas de recursos multifuncionais e suas características, identificar os objetivos do AEE nas escolas públicas, especificar os critérios utilizados pelas escolas para o atendimento educacional especializado, descrever a composição dos tipos de sala de aula adaptados ao AEE, apresentar o papel do professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado e discutir os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa.

No que se refere a esta pesquisa busca contribuir para o debate sobre as contribuições do AEE, e visa alcançar os objetivos gerais e específicos propostos no contexto escolar da rede pública de ensino, visa analisar as contribuições do AEE em Mossoró, destacando sua importância na promoção da inclusão e no desenvolvimento integral dos alunos.

2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Neste sentido, a pensar e refletir sobre as experiências profissionais e desafios enfrentados na deficiência no âmbito escolar da rede municipal de ensino, sem preceituar como área de concentração o respeito às diferenças e a diversidade na escola por uma educação inclusiva. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como uma estratégia essencial para atender alunos com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino. Além disso, de que maneira as práticas pedagógicas

inclusivas podem contribuir para a redução de desigualdades educacionais e para a promoção de um ambiente escolar que favoreça a convivência harmônica entre alunos com ou sem deficiência.

Considerando que essa etapa do ensino é crucial para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos, uma análise detalhada pode fornecer subsídios para proposição de estratégias potencializar economizar aprendizagem e o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Segundo Mendes (2010), onde se avança em relação à igualdade de oportunidades, ao direito à diversidade e à escolarização do público alvo da Educação Especial.

compreende-se que a perspectiva de escolarização de crianças e jovens com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento nas classes comuns das escolas regulares é, hoje, um imperativo moral e político e que “diretrizes baseadas na Educação Inclusiva podem ser a única estratégia com potencial para garantir o avanço necessário na Educação Especial brasileira” (MENDES, 2010c, p. 34)

Para tanto, o (AEE), promove uma atenção à educação especializada, oferecendo apoio complementar e suplementar, de modo a atender as necessidades específicas de cada aluno. Além disso, considera-se a diversidade como fator enriquecedor do ambiente escolar, contribuindo para a construção de uma escola mais inclusiva e acolhedora para todos.

Dessa forma, no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEM 9394/96) documentos garantem e estabelecem a obrigatoriedade e articulam medidas e orientam a Educação Especial na perspectiva de uma escola inclusiva, no que diz respeito à inclusão dos alunos portador de necessidades especiais do público-alvo da Educação Especial, buscando e assegurando não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar.

Para indução desse conceito os municípios que implementar com as salas (SRM), as escolas podem contar com o financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), esta ação tem como objetivo destinar recursos

financeiros às escolas da rede municipal de ensino. Segundo, ALVES (2006) descreve a sala de recursos se destaca como um espaço especializado em Educação Especial.

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular. A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Para atender alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para atender alunos surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngues. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional. (ALVES, 2006, p. 14)

Neste contexto, seguindo a lógica do autor afirma a importância desse atendimento educacional especializado e suas contribuições na escola regular.

3 O AEE E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

O conceito do Atendimento educacional especializado e discutir a falta de acessibilidade que a sociedade disfarçar com características de um conceito legitimado de deficiência, que agora não é mais entendida como uma condição estatística ou biológica da pessoa, e sim com o resultado de interação das barreiras impostas pelo meio com as limitações da natureza física, mental intelectual e sensorial do indivíduo.

Nessas condições para garantir que todos os professores e profissionais envolvidos no AEE, tenham formação adequada e contínua, é necessário envolver investimentos que possam promover cursos e workshops sobre práticas inclusivas, metodologias adaptadas e uso de tecnologias assistivas, oportunizar a iniciativa de troca de experiências entre educadores que atuam no AEE.

Destacar o fortalecimento das salas de recursos multifuncionais (SRM), ao se fala em melhorar a infraestrutura e os recursos disponíveis nas salas de recursos. Investir

na aquisição de materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas e mobiliário adequado. Criar um ambiente acolhedor que incentive a aprendizagem e a integração entre AEE e ensino regular que promova uma maior articulação entre as práticas do AEE e as atividades da sala regular, traçar metas e estabelecer um plano de trabalho conjunto entre professores do AEE e educadores da sala regular, visando a elaboração de atividades inclusivas que considerem as necessidades dos alunos com deficiência.

O sucesso dos atendimentos no AEE depende da sensibilização da comunidade escolar, é necessário criar uma cultura escolar mais inclusiva e respeitosa. Realizar campanhas de sensibilização sobre a importância da inclusão, promovendo eventos que celebrem a diversidade. Envolver alunos, pais e a comunidade em discussões sobre inclusão e suporte psicossocial realizar o atendimento às necessidades emocionais e sociais dos alunos com deficiência.

Para tanto, disponibilizar apoio psicológico nas escolas, com profissionais capacitados para trabalhar questões emocionais, sociais e comportamentais dos alunos, contribuem para uma avaliação e monitoramento contínuo, avaliar e identificar áreas que necessitam de ajustes, implementar um sistema de monitoramento que permita avaliar o progresso dos alunos atendidos pelo AEE, assim como a qualidade do atendimento oferecido, a utilização a esses dados promove aprimorar as práticas educativas na participação da família.

É necessário envolver as famílias no processo educativo dos alunos com deficiência. Criar espaços para reuniões regulares entre educadores e famílias, possibilitando a troca de informações sobre o desenvolvimento dos alunos e estratégias para apoio em casa. E buscar parcerias com Instituições externas, ampliar os recursos disponíveis para o AEE, estabelecer parcerias com universidades, ONGs e outras instituições que possam oferecer suporte técnico, formação ou recursos adicionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Ao implementar essas propostas, será possível não apenas identificar os desafios enfrentados pelo AEE na rede pública de ensino em Mossoró, mas também promover melhorias significativas que garantam uma inclusão efetiva e valorizem a diversidade dentro das escolas.

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Nesse sentido as escolas devem desenvolver práticas pedagógicas que considerem as diferenças individuais, isso inclui adaptar currículos, métodos de ensino e avaliações, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades equitativas de aprendizado. Para tanto, compreender as bases epistemológicas da educação inclusiva é crucial para fundamentar as práticas pedagógicas. isso implica reconhecer o valor do conhecimento construído coletivamente e o papel da escola como um espaço de formação integral. (DAMÁZIO; ALVES, 2010, p. 49).

Além disso a pesquisa investigar de que maneira as práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir para a redução de desigualdades educacionais e para a promoção de um ambiente escolar que favoreça a convivência harmônica entre alunos com ou sem deficiência. Considerando que essa etapa do ensino é crucial para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos, uma análise detalhada pode fornecer subsídios para proposição de estratégias potencializar economizar aprendizagem e o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Segundo Mendes (2010), onde se avança em relação à igualdade de oportunidades, ao direito à diversidade e à escolarização do público alvo da Educação Especial.

compreende-se que a perspectiva de escolarização de crianças e jovens com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento nas classes comuns das escolas regulares é, hoje, um imperativo moral e político e que “diretrizes baseadas na Educação Inclusiva podem ser a única estratégia com potencial para garantir o avanço necessário na Educação Especial brasileira” (MENDES, 2010c, p. 34)

Precedentemente, a atenção na educação inclusiva, exige uma mudança cultural significativa, onde as diferenças são não apenas aceitas, mas celebradas como parte do rico tecido social da escola. Ao focar na construção de relações sociais positivas e no reconhecimento das capacidades individuais, podemos criar um ambiente onde todos os alunos têm a oportunidade de brilhar.

É necessário reinventar as formas de conceber a escola e suas práticas pedagógicas formas de organizarmos as propostas políticas pedagógicas e sua grade curricular. Assim para abrilhantar os modos de pensar e agir, a proposta de um currículo

construído sobre os princípios do desenho universal. De acordo com Carletto e Cambiaghi (2016, p.10). “o desenho universal é o processo de criar os produtos que são acessíveis para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade ou habilidades”.

Nesse sentido, o desenho universal oferece uma oportunidade para transformar a educação em um espaço mais inclusivo e acolhedor, ao reconhecer as diferenças individuais como a riqueza podemos criar ambiente onde todos os alunos se sintam respeitados e tem uma chance de alcançar seu potencial através da doação e aplicação.

Por tanto, é especialmente importante em contexto onde há uma diversidade significativa nas experiências culturais e nas condições socioeconômicas para que o currículo atenda efetivamente todos os alunos, é fundamental, reconhecer e valorizar diferentes auto culturais. Isso significa que conteúdos que reflitam as histórias, tradições e experiências dos alunos, tornando a aprendizagem mais relevante e significativa.

o professor especialista tem que constantemente provocar e permitir o desenvolvimento desse aluno, assumindo uma posição de investigador. Para tal, ele não trabalha com um planejamento fechado realizado de cima para baixo, muito menos com exercícios previamente estabelecidos. O processo de construção, nesse caso, não é possível ser planejado sistematicamente, obedecendo a uma sequência rígida e pré-definida de conteúdos a serem assimilados. (BATISTA, 2011, p. 124)

Assim a escola que fundamenta suas práticas no desenho universal entende que o currículo deve acompanhar as diferenças, necessidades e realidades de cada aluno dentro de suas potencialidades.

Assim o problema é visto no processo e não na pessoa que está inserida, e posteriormente, da ênfase a norma que regula a educação do Brasil LDB- Lei 9.394/ 1996, ela segura o direito à educação todos, incluindo aqueles com necessidades especiais e estabelece que a educação deve ser inclusiva.

Tendo em vista a diversidade de Tecnologias Assistivas, “para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para Educação Especial.” (BRASIL, 2009, p. s/p). As tecnologias assistivas devem ser acessíveis a todos os alunos, permitindo que cada um participe ativamente do processo de aprendizagem, independentemente de suas limitações.

É, portanto, as soluções sejam adaptadas as necessidades individuais dos alunos, cada ferramenta deve ser baseada nas características e desafios específicos dos estudantes, nesse contexto precisamos desenvolver o currículo escolar integrador que facilite a aprendizagem em diferentes disciplina e contextos, contribuindo para uma educação mais inclusiva. A definição construída deve ser integrada ao currículo escolar facilitando a aprendizagem diferentes contextos o uso dessas tecnologias contribui em auxiliar no desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais construindo significados, sentidos e aplicabilidade na sua implementação eficaz das tecnologias assistivas.

Em análise aos objetivos específicos esses são os principais objetivos, no programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) nas escolas públicas brasileiras veja esses pontos:

- Assegurar o pleno acesso dos alunos público-alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos;
- Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino;

Os objetivos do programa de implementação das salas de recursos multifuncionais visam não apenas garantir acesso à educação especial em igualdade de condições, mas também promover uma transformação cultural nas escolas brasileiras em relação à inclusão. Ao trabalhar esses objetivos, busca-se criar um sistema educacional mais justo e equitativo, beneficiando todos os alunos. Assegurar que todos os alunos com deficiência tenham pleno acesso ao currículo escolar, promovendo uma educação inclusiva que respeite as particularidades de cada estudante. Isso envolve adaptações físicas e pedagógicas para garantir que as barreiras ao aprendizado sejam eliminadas.

Cabe destacar nesse contexto, o Programa de Implantação de SRM (BRASIL, 2010, p. 9), estabeleceu como ações:

- A- Aquisição dos recursos que compõem as salas;
- B- Monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas;
- C-Orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE;
- D- Apoio à acessibilidade nas escolas com salas implantadas.

Vale ressaltar que as características desse serviço ofertado exigem formação de professor, a atuação do professor de (AEE). Nesse sentido (SRM), é um espaço físico com mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos e acessibilidades e equipamentos específico, a SRM não é um serviço, e não pode ser confundido com a metodologia do serviço e do ensino praticado no AEE (DAMÁSIO,2010).

Diante do exposto, percebemos que os serviços do AEE, são priorizadas na elaboração de planos de ensino adaptados colaborar com a equipe pedagógica, o professor de AEE contribui significativamente para a construção de um ambiente de aprendizagem mais justo e equitativo, entretanto, o Decreto-Lei nº.7.611/2011.

Destaca-se que, apesar dos desafios enfrentados, a adoção de estratégias inclusivas e a busca por formação continuada são caminhos que podem levar a uma prática pedagógica mais eficaz e transformadora. A inclusão é um direito de todos e, como educadores, temos a responsabilidade de garantir que cada aluno tenha a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

Os 5 critérios para a implementação de uma Sala de Recursos Multifuncionais:

1. A secretaria de educação a qual se vincula a escola deve ter elaborado o Plano de Ações Articuladas – PAR, registrando as demandas do sistema de ensino; 2. A escola indicada deve ser da rede pública de ensino regular; 3. A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) público-alvo da educação especial para a implantação da sala Tipo I; 4. A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) cego(s) em classe comum para a implantação da sala de Tipo II; 5. A escola deve ter disponibilidade de espaço físico para o funcionamento da sala e professor para atuação no AEE.

Tem como objetivo garantir e regulamentar a Educação Especial, estabelecendo as diretrizes para o Atendimento educacional especializado (AEE), alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, promovendo respostas que visa garantir que os alunos têm acesso à Educação especial bem como o envolvimento da família na intersetorialidade com a comunidade e a transversalização da Educação Especial.

A Legislação Brasileira alinha com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva, com base na igualdade de oportunidades ao público alvo da Educação Especial, em busca de medidas para promover a inclusão respeitando suas especificidades e potencialidades. Assim o AEE, Reforça a importância da inclusão escolar garantindo que os alunos com deficiências possam frequentar escolas regulares com o suporte necessário, tendo em vista que as necessidades específicas dos estudantes destacam a necessidade de garantir a acessibilidade física, comunicacional e pedagógica nas Instituição de Ensino.

Esse serviço comunga com o decreto que assegura que os alunos com deficiência têm direito à educação em condições de igualdade com as demais estudantes com a participação ativa do acesso ao currículo.

O documento propõe a articulação entre diferentes áreas de governo e a sociedade civil para garantir um Atendimento educacional de qualidade envolvendo saúde, a assistência social e Educação. A CF/88 e na Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional Lei-9394/1996.

Avança nesse sentido significativo na promoção da educação inclusiva no Brasil estabelece direitos claros para o Atendimento educacional especializado, como pretendia a metodologia do compromisso com a igualdade de oportunidades para os alunos assegurando que aqueles com deficiência têm acesso à educação que respeite suas singularidades e potencialidades.

Do mesmo modo, a falta de conscientização sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade pode levar à perpetuação de estigmas e à marginalização desses alunos. É fundamental promover campanhas de sensibilização e formação para toda a comunidade escolar, incluindo alunos, pais e funcionários, a fim de criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

Ademais, apesar das barreiras enfrentadas, existem perspectivas promissoras para o AEE na rede pública. A crescente conscientização sobre a importância da inclusão e a luta por direitos das pessoas com deficiência têm gerado mudanças significativas nas políticas educacionais. A formação continuada de professores e a criação de redes de apoio e colaboração entre escolas podem contribuir para a superação das barreiras existentes.

Outrossim, a utilização de tecnologias assistivas e a adaptação de currículos para atender às necessidades de todos os alunos são passos importantes para garantir uma educação inclusiva. A participação da comunidade escolar e a valorização da diversidade são fundamentais para a construção de um ambiente educacional mais justo e igualitário.

Desse modo, consta-se a regulação dos desafios do AEE na rede pública são complexos e multifacetados, mas a superação dessas barreiras é essencial para garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas condições. Por fim, a construção de uma educação inclusiva é um compromisso que deve ser assumido por toda a sociedade.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com a abordagem qualitativa e descritiva, buscando uma interpretação abrangente da realidade científica e percorrer um percurso investigativo que inclui a coleta de informações que permite alcançar os objetivos gerais e específicos estabelecidos, para isso foi utilizado referencial teórico a partir dos documentos legais.

A análise dessa pesquisa constatou as contribuições citadas por autores que entregou ênfase e propor melhorias que possam atingir o atendimento qualificado que se propõe a valorização da diversidade e a garantia de todos os estudantes público-alvo da Educação Especial. Segundo FONSECA (2002). A pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos em sua totalidade, levando em consideração o contexto e as múltiplas dimensões do objeto de estudo.

A pesquisa destacou-se, sua importância na promoção da inclusão e no desenvolvimento integral dos alunos ao alcançar os objetivos gerais e específicos propostos, pretende-se fornecer subsídio para a melhoria das práticas inclusivas nas escolas favorecendo o ambiente educacional especializado, mas equitativo e eficiente.

CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho de conclusão do curso, foi analisar a relação do Atendimento educacional especializado AEE, e suas contribuições no âmbito educação inclusiva na rede municipal de ensino, ao desenvolver o serviço do AEE como área de concentração o respeito às diferenças e a diversidade. E suas principais descobertas relacionadas à atuação do atendimento educacional especializado nas escolas públicas de Mossoró, com base na literatura realizada, e dados coletados. Nota-se que as salas de recursos multifuncionais (SRM) desempenham um papel crucial na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Ao desenvolver o serviço em uma perspectiva inclusiva, salas de recursos multifuncionais (SRM), é garantir a inclusão de todos os alunos no sistema educacional. Apesar dos desafios enfrentados, os avanços e inovações mostram que é possível criar um ambiente de aprendizado que respeite e valorize as diferenças, promovendo uma educação de qualidade para todos. A formação contínua e o apoio institucional são essenciais para que o AEE cumpra sua missão de forma eficaz e transformadora.

Na contemporaneidade do Estado Brasileiro tomando como base as normativas que regem a educação inclusiva, com isso pretendeu apontar os aspectos essenciais do direito do estudante na perspectiva inclusiva. A visão sobre a nomenclatura AEE é demonstrar a relação entre o fazer e o “pra quê fazer”, enfatiza-se que o Atendimento educacional especializado deve ser conceituada excludente se preocupa, transforma e regular as relações estruturadas entre os princípios que regem as normativas.

Em suma, esse trabalho não apenas cumpre seus objetivos iniciais, mas também serve como catalisador para mudanças positivas dentro das escolas ao contribuir para o entendimento do atendimento educacional especializado e promover uma cultura de inclusão, ele estabelece as bases para um futuro Educacional mais justo e acessível a todos.

Consideramos que a promoção da inclusão escolar e do desenvolvimento integral dos alunos com necessidades especiais. Apesar dos desafios enfrentados, os avanços e inovações na área de AEE, demonstra que é possível construir um ambiente

educacional mais inclusivo e acolhedor. A formação contínua dos professores e a articulação entre as equipes pedagógicas são fundamentais para o sucesso desse processo. A inclusão é um direito de todos e deve ser uma prioridade nas políticas educacionais.

Por isso, as relações e suas características são de compreender o lugar na perspectiva inclusiva com finalidade proporcionar dignidade para o ser humano, ou seja, possibilitar que o indivíduo tem acesso igualitário e assistencial eliminando as barreiras para concretude do acesso e permanência efetiva inclusão escolar que o desenvolvimento pleno dos estudantes público alvo de Atendimento educacional especializado.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Portal Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/educacao/pt-br>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Regulamenta a educação especial, estabelecendo a Política Nacional de Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 10.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

CARLETTTO, A.; CAMBIAGHI, S. S. **Desenho universal: um conceito para todos**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, [2016]. Disponível em: https://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

DAMÁZIO, M. F. M.; ALVES, C. B. **Atendimento educacional especializado do aluno com surdez**. São Paulo: Moderna, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192.